

A CONSCIÊNCIA INGÊNUA COMO PRESSUPOSTO E PERFIL DA EDUCAÇÃO REGIONAL

Dr. Sandro Luiz Bazzanella¹
Dr. José Ernesto de Fáveri²

Resumo: O objetivo deste artigo se articula num duplo movimento analítico e interpretativo. Num primeiro momento resgatar as reflexões do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909 – 1987) em torno do conceito de consciência e, mais especificamente, do conceito de consciência ingênua sob um conjunto determinado de categorias em torno dos quais o filósofo desenvolveu suas reflexões sobre a consciência nacional e, suas condições de possibilidade de emancipação, materializando-se num projeto de desenvolvimento nacional, anseio característico de parte da intelectualidade filosófica, sociológica e, econômica de orientação majoritariamente marxista dos anos 50 e 60 do século XX no Brasil. Num segundo momento, a luz das categorias da consciência ingênua, o artigo se propõe a refletir as consequências em relação a conformação de prerrogativas educacionais informais e formais e suas contribuições para a emancipação humana e conseqüentemente para a dinâmica do desenvolvimento regional. Desta forma, o artigo intenta verificar a atualidade do pensamento do filósofo do Iseb diante dos desafios estabelecidos pela dinâmica da globalização ao desenvolvimento regional brasileiro e as possíveis contribuições da educação formal à formação de uma consciência crítica, criativa e empreendedora diante deste contexto social, político, econômico e cultural, marcado por profundas e rápidas transformações.

Palavras-chave: Consciência; Educação; Emancipação; Desenvolvimento Regional.

THE NAIVE CONSCIOUSNESS HOW AND ASSUMPTION OF EDUCATION REGIONAL PROFILE

Abstract: This paper articulates a double movement analysis and interpretation. At first rescue the reflections of the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto (1909 - 1987) around the concept of consciousness and, more specifically, the concept of naive consciousness under a given set of categories around which the philosopher developed his reflections on the national consciousness and its conditions of possibility of emancipation, materializing in a national development project, longing characteristic of the intelligentsia of the philosophical, sociological, and economic orientation of Marxist mostly 50 and 60 years of the twentieth century in Brazil. Secondly, the light of the categories of naive consciousness, the article intends to reflect the consequences regarding the formation of informal and formal educational prerogatives and their contributions to human emancipation and consequently the dynamics of regional development. Thus, the article attempts to verify the current thinking of the philosopher of ISEB to the challenges set by the dynamics of globalization, regional development in Brazil and the possible contributions of formal education to the formation of a critical consciousness, creative and enterprising in front of the social, political , economic and cultural environment, marked by profound and rapid changes.

Keywords: Awareness, Education, Empowerment, Regional Development

01. Aspectos Introdutórios

¹ Professor de filosofia na Universidade do Contestado – campus de Canoinhas e de Sociologia na Univerisdade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí em Rio do Sul. Participante do projeto de pesquisa: A ideologia do desenvolvimento regional coordenado pelo professor Dr. José Ernesto de Fáveri – Unidavi Rio do Sul.

² Prof. José Ernesto de Fáveri, doutor em fundamentos da educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professor de Filosofia e Filosofia da Educação na Universidade para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI).

Pensar e colocar em discussão os pressupostos da consciência ingênua presentes na realidade educacional nacional e regional requer que se enfrentem inicialmente problemas de ordem conceitual advindos da intensidade reflexiva e filosófica de Álvaro Vieira Pinto. Mas, requer também que se façam algumas constatações e correlações entre as formas de constituição e manifestação da consciência ingênua no âmbito educacional.

O primeiro problema de ordem conceitual a ser enfrentado (mas alertamos para o fato de que esta hierarquização problematizadora é opção do autor deste ensaio) é a questão da consciência. Afinal, o que é a consciência? Em que contexto ela surge na tradição filosófica Ocidental? Como as diversas correntes de pensamento filosófico situam a questão da consciência? Que críticas a reflexão filosófica contemporânea faz a idéia de consciência? Como Álvaro Vieira Pinto compreende a questão da consciência? A que tradição filosófica o filósofo do Iseb³ está vinculado? O que leva o autor da obra: “*Consciência e Realidade Nacional*”, publicada em 1960, a utilizar-se da categoria “consciência”, adjetivando-a de ingênua e crítica, para desenvolver seu projeto de desenvolvimento nacional?

Evidentemente que não pretendemos responder a todas estas questões. Ao fazê-lo corremos o risco de nos desviar do objetivo central da reflexão anunciada, bem como comprometer a profundidade e a extensão que a abordagem do problema exige ao longo da tradição do pensamento filosófico ocidental. Mas, é preciso tê-las em consideração, devido a sua importância epistemológica e metodológica no que se refere a apreensão de alguns dos fundamentos sobre os quais se estabelece o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, bem como no esforço teórico de colocar a prova suas reflexões em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e, suas possíveis contribuições na esfera do desenvolvimento regional na atualidade.

2. O Problema da Consciência

O problema da consciência é desconhecido do pensamento no mundo grego antigo. A centralidade ontológica da *polis* implicava uma concepção política da existência, que se realizava nas *ágoras*, no encontro e confronto público entre plurais na busca do bem viver, na busca da felicidade, como máxima instância e finalidade da vida qualificada do cidadão na centralidade da cidade-comunidade.

³O Instituto Superior de Estudos Brasileiros ou ISEB foi um órgão criado em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais. O ISEB funcionou como núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo e, a princípio, a função de validar a ação do Estado, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Foi extinto após o golpe militar de 1964, e muitos de seus integrantes, os *isebianos*, foram exilados do Brasil. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Superior_de_Estudos_Brasileiros - Acessado em 16/01/2012.

O problema da consciência surge no contexto de transição entre o pensamento antigo, marcado pelo desenvolvimento da filosofia helênica, marcadamente pelo estoicismo e pelo epicurismo e os pressupostos filosóficos judaico-cristãos. “O significado que esse termo tem (...) é o de uma relação da alma consigo mesma, de uma relação intrínseca ao homem, “interior”, ou “espiritual”, pela qual ele pode conhecer-se de modo imediato e privilegiado e por isso *julgar-se* de forma segura e infalível.” (ABBAGNANO, 2007, p. 217). Portanto, sob as perspectivas cristãs e neoplatônicas o conceito de consciência é forjado sob fundamento moral, imputando aos indivíduos a possibilidade de se autojulgar, bem como sob fundamento teórico-cognitivo, como possibilidade do auto-conhecimento.

A modernidade filosófica é inaugurada sob a égide do conceito de consciência. A metafísica da subjetividade inaugurada por Descartes (1596-1650) com a máxima: “*cógitō, ergo sum*”, (penso, logo existo) esteve no centro do debate entre empiristas, racionalistas, iluministas, românticos e idealistas. Talvez se possa dizer com certa coerência e, sem a pretensão de reduzir a plêiade de problemas filosóficos colocados em jogo na modernidade, que o conceito de consciência se apresentou na centralidade dos esforços e debates filosóficos modernos. Em torno dele perspectivas metafísicas, antropológicas, epistemológicas e históricas foram concebidas e desenvolvidas. “a partir de Descartes, essa noção serviu para introduzir dúvidas, levantar problemas, suscitar oposições ou rebeliões a crenças ou a sistemas de crenças estabelecidos institucionalmente.” (ABBAGNANO, 2007, p. 225)

Na contemporaneidade o problema da consciência entrou em declínio. Entre outras razões, em função da crítica em torno dos desdobramentos do projeto civilizatório moderno e suas apostas numa racionalidade instrumental. Por outro lado, o desenvolvimento das ciências naturais e, humanas situaram a questão do homem em outro âmbito, reposicionando os problemas em torno da consciência. Nesta perspectiva, podemos situar as críticas desenvolvidas pelos assim chamados mestres da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud que “(...) refutaram a centralidade explicativa de tal noção, vislumbrando na Consciência o reflexo secundário e deformado de um conjunto de forças extraconscenciais.” (ABBAGNANO, 2007, p. 226). Outras críticas desenvolvidas em torno do primado da consciência foram desenvolvidas pelos behavioristas, pelas filosofias anti-humanistas, especialmente pelo estruturalismo, pela psicanálise de fundo estruturalista freudiana de Lacan, bem como por Foucault e sua ontologia do impensado.

Outras críticas que se apresentem na contemporaneidade à questão da consciência advêm da hermenêutica de Gadamer e, de seus desdobramentos na filosofia da linguagem, bem como da filosofia da mente e da ciência cognitiva. Estas áreas da filosofia e do pensamento científico partem do princípio, salvaguardadas as diferenças conceituais e interpretativas, da

irredutibilidade dos estados mentais aos estados cerebrais, o que significa dizer que o conceito de consciência é em última instância marcado pela imprecisão, o que impede considerações científicas em torno do mesmo.

3. A consciência em Álvaro Vieira Pinto

Situados alguns pressupostos em torno do problema da consciência na tradição do pensamento ocidental, cabe a pergunta: Em que tradição filosófica Álvaro Vieira Pinto ancora seu conceito de consciência. Qual a concepção de consciência sobre a qual fundamenta suas reflexões em torno da consciência ingênua? O conceito de consciência presente nas reflexões do filósofo brasileiro vincula-se em nosso entendimento à matriz hegeliana e marxista, coerente com a perspectiva dialética, materialista e histórica característica desta tradição.

Desta forma, a consciência é num primeiro momento um fato individual. Ela se constitui a partir do reconhecimento por parte do indivíduo das contradições da base material em que está inserido. Este argumento se desdobra em duas variáveis conceituais e analíticas. A primeira: Esta perspectiva argumentativa tem como pressuposto o fato de que a existência material precede a consciência. A consciência é derivada da existência, dos desafios e, das contradições materiais em que os indivíduos se encontram inseridos. Em termos marxistas: a consciência faz parte da superestrutura e deriva das contradições em movimento na infraestrutura, na base material sobre a qual se desenrola a luta pela sobrevivência.

A segunda perspectiva argumentativa tem a dialética como modo de pensamento e, como método de interpretar e compreender a dinâmica da realidade, como pressuposto de apreensão e conformação da consciência. Ou seja, a constituição da consciência de si, implica no movimento reflexivo de saída de si mesmo em direção ao reconhecimento do Outro, daquilo que lhe é externo, o para-si. Este para-si é o rosto do Outro, enquanto, ser humano, mas também do Outro enquanto realidade exterior a confrontar a própria existência, retornando a si mesmo na forma de superação e ampliação da consciência de si. E esta consciência de si partilhada com as demais consciências individuais produz formas comuns, coletivas de pensar e representar a realidade. “O que nos parece importante é referi-la à subjetividade individual, resolvê-la na multidão de pessoas que a compõem, e examinar de que modo, porque mecanismos, partindo da representação, necessariamente sempre individual, se organizam as modalidades do pensar.” (PINTO, 1960, p. 18).

Sob tais pressupostos, a consciência em Álvaro Vieira Pinto, significa o conjunto de representações constituídas pelos indivíduos sobre si mesmos no conjunto das relações e, no enfrentamento das contradições materiais em que se encontram inseridos num determinado contexto sócio, político, econômico, histórico e cultural. Estas representações, imagens e

figurações constituídas no bojo e no movimento de uma realidade material contraditória, confrontadas com as demais consciências individuais de seu tempo, configuram a consciência coletiva do processo histórico em curso e, no qual se inserem as mais diversas sociedades, revelando sua forma de organização sócio-política e produtiva. “A cada momento do processo histórico a sociedade, por seus diversos grupos e classes, produz coletivamente várias imagens de sua existência e tais representações é que irão determinar os julgamentos sobre os fatos, os projetos de ação e as ideais que a comunidade adotará.” (PINTO, 1960, p. 18).

Um terceiro aspecto, a partir do qual se constitui a concepção de consciência em Álvaro Vieira Pinto é sua dimensão de historicidade. A consciência individual, forjada no movimento dialético da realidade, a partir das contradições materiais em que os indivíduos se encontram inseridos em determinado contexto histórico, articuladas e confrontadas com as demais consciências individuais, configura a consciência coletiva que se apresenta como consciência do próprio tempo em movimento e em pensamento. Os indivíduos refletem em suas representações sociais as demandas temporais em que suas vidas se encontram em curso. É esta percepção, de partícipes de um mesmo tempo histórico, marcado por determinadas contradições, que permitem aos indivíduos a universalização de suas formas de ver e pensar o mundo, a existência. E, sob tais pressupostos, configurar e legitimar uma cosmovisão, que se apresenta como hegemônica, como resultante da consciência coletiva em suas demandas existenciais diante das especificidades temporais em curso; “seu ser é histórico, sua representação é condicionada por uma circunstância objetiva constituída pela forma do real, enquanto presente de um tempo histórico, e, portanto, seus enunciados não possuem a vigência de verdades perenes, mas refletem o momento que lhe dá origem.” (PINTO, 1960, p. 86).

Ou seja, a articulação das representações individuais na forma da consciência coletiva tem na concepção de tempo sobre a qual se constitui seu fundamento primeiro. É a partir da concepção de temporalidade do mundo, da existência que os seres humanos se desafiam a compreender a dinâmica existencial em horizontes de sentido e finalidade. E, deste esforço humano de compreender sua condição humana temporal no caudal das grandiosidades macrocósmicas, que se apresenta a perspectiva da historicidade das ações humanas como forma de apreender o real em constante e ininterrupto vir-a-ser.

Ao imprimir a dimensão de historicidade à consciência, o filósofo do projeto nacional de desenvolvimento, apresenta-se coerente com suas raízes teóricas e conceituais de fundo hegeliano-marxista, pois parte de uma perspectiva cosmológica, antropológica e gnosiológica vinculada a tradição de pensamento de Heráclito de Éfeso (540 – 470 a.C), para quem o mundo, a realidade é constante movimento, vir-a-ser. O mundo em sua multiplicidade real e vital, é marcado pelo constante movimento de criação e recriação de si mesmo, nada permanece o

mesmo, tudo muda constantemente. Nesta perspectiva, a consciência é sempre consciência de seu tempo, o que lhe exige o movimento de constante investigação dos determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que a constituem. “Por conseguinte, a consciência que se investiga a si mesma terá como núcleo de todas as suas estruturas e reações esta propriedade: a de ser uma consciência histórica.” (PINTO, 1960, p. 86)

Uma consciência que se concebe em sua historicidade reconhece os condicionamentos reais em que esta inserida. Mais do que isto é uma consciência que concebe e perscruta o real em sua racionalidade constitutiva. Ou seja, uma consciência que reconhece o real em seu ser-aí, em sua contingencialidade e em sua efetividade. É uma consciência que sabe, ou intui que o real pode ser diferente daquilo que ele é, na forma como se apresenta e, sabe também que ele incessantemente se apresenta diferente daquilo que ele não é (KERVÉGAN, 2008, p. 23).

“(…) desta autopercepção fundamental: a de que seu ser é histórico, sua representação é condicionada por uma circunstância objetiva constituída pela forma do real, enquanto presente de um tempo histórico, e, portanto, seus enunciados não possuem a vigência de verdades perenes, mas refletem o momento que lhe dá origem. Ao procurar tomar conhecimento dos fatores que a determinam, com o mesmo esforço que faz para descobri-los, descobre algo mais: a historicidade desse condicionamento.” (PINTO, 1960, p. 86).

Sob tais perspectivas, Alvaro Vieira Pinto, demonstra maior proximidade com pressupostos teóricos conceituais hegelianos, do que com os provenientes de Marx, ou dos marxistas. Esta filiação evidencia-se na historicidade de uma consciência que procura constantemente apreender o real, não como algo que está aí, estático, imóvel em suas determinações efetivas, mas, como real concebido como conjunto de circunstâncias que se apresentam no bojo das contradições em curso no tempo presente.

A consciência é sempre consciência de seu tempo e, compete à ela apreender o próprio tempo em pensamento. A consciência que se estabelece numa determinada temporalidade histórica é herdeira, em certa medida, da historicidade que lhe antecedeu. Mas, isto não lhe imputa nenhuma forma de compromisso, ou de afirmação, na presentidade em curso com a cosmovisão que lhe antecedeu e que conformou as estruturas sociais, políticas e econômicas que orientaram a existência individual e social naquele contexto. Seu compromisso é sobremaneira com a compreensão das determinações históricas do próprio tempo em curso, com suas contradições e demandas em relação às formas-de-vida humana e social inseridas na atualidade da realidade.

Ou seja, a consciência de um tempo não pretende ter validade para os tempos vindouros. Tanto quanto não pretende apresentar-se como parâmetro avaliativo dos tempos passados. O que não significa uma teoria da justificação das mazelas, da dor e, do sofrimento humano no decorrer do tempo histórico, mas de conceber o passado como arcabouço constitutivo

do presente resultante da dinâmica de superação das contradições fundamentais do qual emerge. Diferentemente de Marx e dos marxistas, cujo otimismo gnosiológico, derivado de sua aposta no conhecimento científico da realidade a partir do método do materialismo histórico, lhes conferiu a propriedade de anunciar uma realidade humana e social livre das contradições materiais e sociais a partir das quais povos e civilização se constituíram. Portanto, o verdadeiro conhecimento da realidade advindo do materialismo histórico afiançou a afirmação da verdade sobre a dinâmica do real rumo à uma sociedade comunista, que necessariamente seria alcançada pelos seres humanos segundo os pressupostos revelados pelo método científico de interpretação da dinâmica econômica e social dos povos.

(...), sem modo de compreender esta sempre sujeito ao pressuposto de uma referência temporal; o real, que é o seu objeto, não lhe parece como coisa “que esta aí”, imóvel e idêntico a si mesmo, quer ela o venha a apreender, quer não, porém como circunstância objetiva que a envolve a ponto de constituí-la e de nela imprimir a marca indelével da temporalidade que lhe é própria. (PINTO, 1960, p. 86)

4. A Consciência Ingênu

Situados alguns argumentos em torno das discussões sobre a consciência na trajetória do pensamento ocidental. Estabelecidos alguns dos pressupostos sobre os quais, Álvaro Vieira Pinto movimenta seu arcabouço argumentativo em torno do conceito de consciência, deparamo-nos neste momento com a categoria conceitual de consciência ingênu, utilizada pelo filósofo brasileiro nas discussões em torno da realidade nacional. Categoria sobre a qual este estudo pretende se debruçar na compreensão de aspectos da educação regional e suas implicâncias na dinâmica do desenvolvimento nacional e, conseqüentemente regional.

No contexto da discussão faz-se necessário situar novos questionamentos, tais como: O que Álvaro Vieira Pinto entende por consciência ingênu? Quais seus pressupostos? Que importância no âmbito da realidade nacional e regional tal categoria conceitual assume? O que representa a consciência ingênu diante da necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional e regional? Talvez possa contribuir para compreensão da categoria conceitual de consciência ingênu, visitarmos a definição do verbete “ingênu”, presente no dicionário da língua portuguesa Aurélio: “Ingênu” (Do lat. *Ingenuu*) Adj. 1. Em que não há malícia; simples, franco. 2. Puro, inocente, singelo. S.m. 3. Indivíduo ingênu. 4. Filho de escravo nascido após a lei da emancipação (...).” No dicionário de Deonísio da Silva: “De onde vem as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa”, 2004, a palavra ingênu assume a seguinte acepção: “do latim *ingenuus*, ingênuo, nascido livre, em oposição a *libertinus*, ex-escravo, tornado livre por graça de seu patrão ou conquista de alguma alforria mediante pagamento. Dos albos da língua até há alguns séculos, ingênuo era qualidade, sinônimo de franco, sincero,

honesto, probo, mas depois passou a designar indivíduo que de tão puro chega a parecer bobo, incapaz de compreender as maldades da vida.”

O que estas duas definições de ingênuo têm em comum é o caráter de pureza, simplicidade, senão de simploriedade, que caracteriza certos indivíduos, ou determinadas visões de mundo. Pode-se conjecturar a partir das acepções etimológicas e a partir de seu significado lingüístico que a consciência ingênua se caracteriza pela estreiteza de horizontes conceituais e analíticos, a partir dos quais se interpreta o mundo e as contradições nas quais os indivíduos se encontram inseridos. Talvez, ainda se pode anunciar, que a consciência ingênua apresenta uma visão naturalizada de mundo. Ou seja, o mundo sempre se apresentou desta forma e, portanto, não há o que fazer, diante do ritmo natural da existência, que contém em si, em seu fundo misterioso e inalcançável o sentido e a finalidade da existência em sua totalidade. Sob tais perspectivas, a consciência ingênua é catalisadora e configuradora de visões de mundo deificadas, naturalizadoras de valores, de hábitos e costumes vigentes desde tempos imemoriais e, que de certa forma se apresentam como cerceadores da contradição, da novidade, do desenvolvimento de outras perspectivas e formas de pensamento e ação.

Estas percepções de consciência ingênua, derivadas da constituição terminológica presentes na língua portuguesa, aproximam-se em certa perspectiva, da concepção de consciência ingênua presente no pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Para o filósofo brasileiro uma das características da consciência ingênua e, que se apresenta no contraponto à consciência crítica, concebida como resultante das contradições da realidade histórica em que está inserida é seu desconhecimento de que a consciência emerge da inserção e participação direta nas contradições do mundo em sua totalidade.

Ao tomar o mundo como uma realidade estática, imóvel, desvinculada de sua constituição e participação na efetivação do mundo, da existência em sua totalidade, a consciência ingênua particulariza sua interpretação da realidade, submete-a a julgamentos de valor, a partir de uma tábua de valores tomados como válidos *ad aeternum*. Ressente-se em relação ao mundo e passa a procurar outro mundo, melhor, perfeito, a concretizar-se numa esfera transcendente, na medida em que a realidade em curso esta desprovida de possibilidades de conferir dignidade à vida humana. “Sendo incapaz de refletir sobre si mesma e alcançar os pressupostos que a sustentam, a consciência ingênua é vítima da ilusão de julgar-se incondicionada.” (PINTO, 1960, p. 87)

A constituição da consciência ingênua articula-se sobre a crença de que a realidade do mundo e da existência em sua totalidade se apresenta estática, imóvel, eterna. A realidade é apreendida de forma absoluta na imediaticidade emoldurada das relações cotidianas em que se inserem os seres humanos. Este pressuposto sobre qual se move a consciência ingênua, conduz

necessariamente a posturas dogmáticas sobre a realidade, impedindo a emergência de outras formas de observar, de interpretar e, compreender a realidade em sua condição dialética e histórica.

Para a consciência “inocente, o tempo intervém nos fatos para produzi-los, oferecendo-lhes a ocasião, mas as idéias com que os compreenderá e os padrões com que os julgará, estes não dependem dele. O homem pode possuí-los de um vez por todas, são absolutos.” (PINTO, 1960, p. 87). Esta postura epistemológica absolutizada em torno da qual se constitui a consciência ingênua, conduz ao dogmatismo de suas posições e visões de mundo. Cerceia a comunicação, a abertura ao diálogo, a troca de idéias, ao confronto de visões e formas como os seres humanos apreendem e concebem o mundo do qual participam. A consciência ingênua “profere as suas sentenças em caráter dogmático, incorrendo na privação completa de comunicação reveladora, e se marca pela incapacidade de percepção da mutabilidade das coisas e dos valores, pela falta de simpatia com o que se prenuncia no tempo e pela recusa de aceitação do novo instalado em lugar do dessoeto.” (PINTO, 1960, p. 87)

Ao conceber o real a partir do pressuposto da imutabilidade, absolutizando a visão de mundo em curso, bem como dogmatizando conceitos e, afirmando verdades inquestionáveis, a consciência ingênua impede o acesso às contradições que conformam a realidade do mundo humano, imputando aos indivíduos a ingenuidade da consciência na forma como se apossam e participam das relações humanas e sociais em sua totalidade. A consciência ingênua retira aquilo que Aristóteles indicava como algo constitutivo do humano: a potência. A condição de se perceber em constante vir-a-ser, de constituir-se em sua humanidade através das relações potenciais que estabelece com a existência e o mundo em seu entorno.

Para Aristóteles, a potência é força (*dynamis*) que promove o movimento ou a mudança de um estado a outro, a potencialidade para passar a um novo estado, o que a vincula com a materialidade ou, ainda, por outro lado, a potência-de-não-passar-ao-ato, materializando-se em sua potencialidade. A consciência ingênua retira do homem a oportunidade de realização de sua obra, qual seja: de constituir-se em sua potencial humanidade a partir da sempiterna necessidade de recriação do mundo.

Desligada do processo histórico, coloca-se no ponto-de-vista do eterno e, por isso, absolutiza todos os seus pronunciamentos. Torna-se assim intérprete infiel dos acontecimentos, uma vez que neles só vê quanto lhe parece que incorporam de idéias e valores considerados absolutos. Ora, o que ingenuamente supõe ser o eterno é simplesmente o que tem a qualidade de passado. (...) só admite como legítimas as opiniões e os critérios que lhe parecem permanentes, mas se assim os julga é porque entende que seu tempo de vigência mais ou menos longo, que lhes empresta significado venerável, é indício suficiente de possuírem uma verdade intrínseca (...). (PINTO, 1960, p. 87)

Desprovida do impulso humano de questionar a realidade em sua multiplicidade de potencialidades, a consciência ingênua aprecia a tradição, conferindo-lhe certeza e veracidade. “É naturalmente reverente a tudo quanto traz a chancela augusta da tradição, que toma sem mais indagação por prova bastante de certeza.” (PINTO, 1960, p. 88). Esta forma de posicionamento reverente à tradição conduz os indivíduos e, as sociedades resultantes de suas relações à uma atitude de aceitação, de ausência de questionamento diante do real e de suas contradições constitutivas, resultando em toda forma de preconceito, de posicionamentos reacionários em relação aos movimentos de mudança inexoravelmente imanentes a lógica constitutiva do real. “Incorre, assim, na confusão de julgar eterno o duradouro, aceito sem maior exame, sem indagar de como surgiu e se fixou. (...). Repugna-lhe admitir transformações que alterem a segurança dos seus critérios e a obriguem ao esforço intelectual de rever as representações que produz, em correlação com as mudanças do real.” (PINTO, 1960, p. 88)

Sob tais pressupostos, a consciência ingênua contempla estaticamente a realidade a partir de uma visão maniqueísta⁴. Assim, a estaticidade do real se revela assentada numa tensão entre duas grandezas de forças: o bem e o mal. Mas, sob tal perspectiva maniqueísta, a realidade humana e mundana é concebida como o *locus* privilegiado do erro, da corrupção, da degenerescência, da dor e, do sofrimento, manifestas na realidade presencial do mundo. Esta visão maniqueísta faz com que a consciência ingênua apresente uma de suas marcas distintivas, o moralismo. Este se caracteriza pela necessidade premente de julgar o mundo, a existência, de emitir sobre a realidade juízos de valor, depreciando-os em sua condição temporal presente. Tal postura se desdobra em formas estruturantes da lógica de interpretação e pensamento da consciência ingênua sobre a realidade, marcada num primeiro momento por uma visão saudosista em relação ao mundo e a existência, afirmando que no passado a realidade era diferente, melhor, mais harmoniosa, sobrepondo ao contemporâneo a lógica interpretativa antiga, tradicional, idilicamente projetada. E, num segundo momento, tal lógica interpretativa radicaliza-se em formas de manifestação pessimistas e catastróficas em relação às possibilidades humanas no presente existencial e mundano em curso.

Prefere, então, ou imobilizar-se na contemplação estática do mundo de antanho, e é o saudosismo que com tanta frequência exhibe, pouca atenção prestando ao que se passa no presente, que lhe parece sempre uma época inferior, medíocre, vulgar; ou tenta reduzir o presente ao passado, reintroduzir o atual no anterior, submeter o contemporâneo ao modo de pensar antigo, sob a alegação de que vivemos um período de dissolução de valores e instituições, que cumpre, pela fidelidade aos padrões eternos, salvar da derrocada generalizada. (...), sua visão é pessimista e catastrófica, lastima-se de ter a

⁴ Doutrina segundo a qual o mundo não é governado por um único Ser, mas por um equilíbrio de forças do bem e do mal. A doutrina eleva o demônio, como personificação do mal, a uma posição de poder comparável à de Deus. Resulta do Zoroastrismo, e foi defendida pelos maniqueus, seguidores do professor persa Manes, ou Maniqueu. O maniqueísmo floresceu entre os séculos III e V d.C. BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 236.

pouca sorte de viver em tempos tão ingratos e se empenha em restabelecer a existência antiga (...). (PINTO, 1960, p. 88)

Portanto, para Álvaro Vieira Pinto, a consciência ingênua apresenta em linhas gerais três dimensões que lhe são características e constitutivas em sua forma de pensar e articular a compreensão da realidade. Ela se apresenta anti-dialética, anti-histórica e conseqüente anti-materialista. “A ingenuidade que a afeta define-se, (...) pela incapacidade de indagar do que constitui seus fundamentos. Não o fazendo, situa-se (...) num plano de subjetividade, com o que se destaca do real e, conseqüentemente, se fecha à oportunidade de assimilar a racionalidade imanente aos acontecimentos.” (PINTO, 1960, p. 211).

Estas dimensões podem ainda ser apresentadas em seu reverso, como uma consciência que contempla a estaticidade do real em sua absolutidade *ad aeternum*, revelando-se dogmática, reacionária, avessa à *dynamis*, a força inerente ao homem em suas potencialidades relacionais e representacionais do mundo, de si próprio e, dos demais seres humanos em constante devir e, que dividem suas vidas em âmbito público e societário. A consciência ingênua resulta de múltiplas visões particularizadas, subjetivadas e estáticas da realidade, cujo fundamento último e determinante das perspectivas vitais em curso apresenta-se transcendente ao mundo em sua totalidade. Esquece que “a consciência é uma totalidade, sua apreensão do real é unitária e, só para efeito de análise descritiva, se dissocia em aspectos múltiplos, na verdade sempre interligados e implicando-se uns aos outros.” (PINTO, 1960, p. 243)

5. As Categorias da Consciência Ingênua

Nas análises que empreendeu sobre os elementos constitutivos da consciência ingênua, o filósofo da consciência e da realidade nacional, demonstra sua perspicácia analítica e conceitual, desvinculando-se das armadilhas próprias da consciência ingênua, posicionando-se para além de juízos de valor, ou menosprezando esta forma de manifestação de compreensão do real. Sobretudo, o esforço analítico de Álvaro Vieira Pinto, caracteriza-se pela necessidade de compreensão e reconhecimento das categorias constitutivas da consciência ingênua e de seus impactos sobre a condição do desenvolvimento nacional. O filósofo não poupou esforços no sentido de abarcar a totalidade de manifestações da consciência ingênua, elegendo e perscrutando para tal finalidade 33 (trinta e três), categorias, desnudando sua lógica de concepção e ação sobre a realidade, o mundo, a existência.

Diante de tal amplitude interpretativa e analítica das categorias da consciência ingênua e, em função da discussão a que se propõe este ensaio, faz-se necessário optar por algumas das categorias desenvolvidas por Álvaro Vieira Pinto em torno da compreensão da estrutura lógica interpretativa e ativa da consciência ingênua. Estamos cientes de que fazer opções diante destas circunstâncias implica em correr o risco de sermos acusados de reducionistas, ou mesmo,

desrespeitosos em relação à sistematicidade que o filósofo procurou conferir ao seu pensamento na referida questão. A partir do objeto em torno do qual se movem estas reflexões, e suas potencialidades na compreensão da problemática entre desenvolvimento nacional, regional e educação, optamos por sete categorias analíticas da consciência ingênua⁵, entre elas: 1. Caráter sensitivo; 2. Absolutização da sua posição; 3. Incapacidade de dialogar; 9. Ausência de compreensão unitária; 10. Moralismo; 15. Culto ao herói salvador.

1. O caráter sensitivo⁶. Segundo o filósofo do Iseb, esta categoria é estruturante da consciência ingênua. Parte do pressuposto de que as percepções sensíveis, as aparências, as superstições e, situações similares cotidianamente sentidas e vivenciadas, se apresentam como elementos constitutivos da realidade. “Reduz, assim, o real ao dado imediato, e este é naturalmente o que impressiona no momento. Tal como o sente julga-o.” (PINTO, 1960, p. 163) Esta ausente da condição categorial da consciência ingênua, o exercício metódico da dúvida, do questionamento, do uso adequado da razão na interpretação e articulação dos fatos, acontecimentos e impressões, em torno dos quais se move cotidianamente. Sob tal condição, tem dificuldades de compreender a realidade em sua extensão e profundidade. Manifesta-se eivada de opiniões gratuitas, pontuais, estereotipadas e, não raras vezes preconceituosa em relação a dinâmica da realidade em que se encontra inserida. Esta ausente de sua condição o pleno uso da razão em seus fundamentos céticos, lógicos, sistemáticos na interpretação dos fatos e dos acontecimentos.

A ingenuidade consiste em que, em vez de examinar racionalmente, segundo uma compreensão total, a relação dos seus interesses com o estado geral do processo, reage emotivamente ao embate das situações criadas e passa a interpretar o conjunto do processo de acordo com as vantagens ou prejuízos que lhe causa. (PINTO, 1960, p. 163)

O limite que as percepções sensíveis impõem à consciência, na interpretação dos fatos e dos acontecimentos, faz que com a dinâmica da realidade se lhe apresente incompreensível. Tal condição faz com que a consciência ingênua reforce seu caráter pragmático e utilitarista diante da realidade. Raciocinando de forma primária a partir do cálculo de custo e do benefício de fatos, acontecimentos e ações. O que lhe é determinante é postura de mensurar as vantagens e

⁵ O estilo literário-filosófico a partir do qual o filósofo do ISEB expõe suas reflexões e idéias, demonstram sua vinculação ao pensamento de Hegel. É perceptível em seus textos o esforço de esgotar as possibilidades de argumentação em torno do objeto em questão, conferindo sistematicidade ao texto em curso, bem como à compreensão da realidade em que se insere o objeto em análise e discussão. Outro aspecto é o caráter dialético da escrita que se move em intenso movimento de idas e vindas em perspectiva crescente de superação e problematização dos pontos precedentemente discutidos, fazendo com que se apresente de forma crescente ao leitor uma visão de totalidade do problema. Sob tais pressupostos reiteramos o risco que se corre ao fazer opções e, recortes nos textos do filósofo.

⁶ As categorias selecionadas e apresentadas neste texto, mantém a ordem da numeração estabelecida por Álvaro Vieira Pinto na obra: “Consciência e Realidade Nacional”, publicada em 1960, presentes no ponto em que desenvolve suas análises sobre a consciência ingênua.

desvantagens de determinadas situações e, diante de fenômenos que transcendem sua lógica operacional pragmático-utilitarista tem tendência a reagir com indignação e revolta.

Nestas condições, o caráter sensitivo da consciência ingênua faz com que ela aja por mimetismo, vinculando-se as emoções, as sensações e percepções emitidas por personalidades. Assim, passa a reproduzir opiniões e formas de ver o mundo desvinculado das contradições materiais e, reais em que encontra inserida. “A passionalidade da consciência ingênua é traço capital e decisivo (...). A paixão é a sua principal fonte de idéias e, mesmo quando não as origina, serve como critério da verdade.” (PINTO, 1960, p. 165)

2. Absolutização de sua posição. Resultante do caráter sensitivo de sua representação da realidade, entrecortada por percepções pontuais a partir de fatos e acontecimentos, pragmática e utilitaristicamente situados, a consciência ingênua se concebe portadora da verdade absoluta no que concerne a compreensão do mundo em sua volta. “A representação simplória da realidade não duvida de que somente ela seja válida, porque não vê como é possível pensar diferentemente.” (PINTO, 1960, p. 173). Desvinculada da historicidade dialética das contradições materiais em que se assentam as demandas sociais, políticas, econômicas e culturais em que se insere a consciência ingênua absolutiza suas concepções interpretativas, inviabilizando a discussão, o debate em torno de seus pressupostos analíticos e interpretativos do real. “Sua formulação tem fatalmente de ser abstrata, pois só assim consegue ser absoluta. O que lhe falta, em verdade, é a percepção das determinações históricas; por isso absolutiza o ponto-de-vista de sua classe, do seu país, da sua raça, da sua posição ideológica.” (PINTO, 1960, p. 174)

Sua deliberada posição de absolutidade interpretativa da realidade, a impele a estreiteza de suas considerações, deixando de ser mero recurso metodológico para aproximar-se de toda ordem de relativismos, fanatismos e, até mesmo, de visões fatalistas, na medida em que sua cosmovisão passa a ser questionada em seus fundamentos constitutivos. Não há abertura para a dimensão histórico-dialética das contradições sobre as quais se funda o mundo e a existência humana. Pautada sobre tais prerrogativas, a consciência ingênua torna-se manipulável por toda ordem de interesses, localizados em determinados grupos, ou indivíduos em detrimento de âmbito público e global em que se insere a existência. Torna-se uma consciência marcada pela inanição, pela obediência a discursos que confirmam suas convicções absolutizadas sobre o real.

A inteligência ingênua, pelo absoluto da sua fixação, é que inclina à inatividade, ao fatalismo, em razão da certeza, que julga possuir, quanto à verdade do que compreende. Sua percepção a-histórica dá-lhe todas as facilidades de sentir-se segura em seus enunciados, e quem está seguro do que sabe, não achando motivos para duvidar, não se dispõe a provar a realidade, dispensa o contato com os fatos, tende por conseguinte a não agir. (PINTO, 1960, p. 176)

3. Incapacidade de dialogar. Decorrente de sua condição de absolutidade e, conseqüentemente da veracidade de suas posições no que concerne a interpretação da realidade em sua multiplicidade de possibilidades, faz com seja inerente à consciência ingênua seu caráter monolítico. Demonstra aversão a qualquer proposta de abertura ao diálogo, ao confronto de percepções, idéias e perspectivas analíticas que possam contrapor-se a sua absoluta condição. Esta postura da consciência ingênua demonstra que em sua ingenuidade conforma traços totalitários, na medida em que cerceia a condição dialógica que é constitutiva do humano e de seu mundo. “Ora o diálogo é condição existencial da realidade humana, que dele precisa para se fazer a si mesma, e tem forçosamente de exercê-lo no âmbito comunitário, com interlocutores reais e sobre temas objetivos.” (PINTO, 1960, p. 189).

A ausência da comunicabilidade, do diálogo entre os seres humanos implica diretamente no fundamento ontológico e político que constitui o humano. O humano resultante da multiplicidade relações que estabelece com o mundo, com os outros seres humanos e consigo mesmo, necessita de intensa abertura dialógica em todas as dimensões de sua humana condição. A ausência da dimensão dialógica inviabiliza aos seres humanos a percepção e a compreensão do caráter histórico, social e crítico de suas verdades, de suas formas de organização societária. “Só no âmbito da comunicação existencial é que a prática se torna fundamento da verdade, pois não é na experiência pessoal isolada, mas na experiência enquanto compartilhada com outro, que se estatui o vínculo de conhecimento entre pensar e ser.” (PINTO, 1960, p. 191).

Sob tais pressupostos, se fortalece a visão de que a consciência ingênua concebe a realidade como algo estático. Como paisagem morta e emoldurada, que pode ser compreendida em seus fundamentos e contradições a partir dos dados sensíveis, da imaginação e, do gosto do observador e, sob estas verdades não pode haver abertura para questionamentos, ou interpretações várias que conflitam com a interpretação absolutizada.

9. Ausência de compreensão unitária. Em seus aspectos constitutivos a consciência ingênua se caracteriza entre outras perspectivas, pela ausência de compreensão unitária. Pautada numa leitura e interpretação sensível dos fatos, dos acontecimentos, absolutizando sua forma de ver, articular e compreender os eventos que se apresentam na realidade cotidiana, fechada a qualquer possibilidade dialógica, a consciência ingênua se mostra desprovida de compreensão unitária da realidade. A apreensão compreensiva da realidade esta vinculada a pressupostos anunciados nas digressões argumentativas anteriores. Mas, sobretudo ressalte-se o argumento de que sem o reconhecimento do caráter contraditório, paradoxal, conflitivo e histórico, no qual se inserem nossas representações de mundo e de existência, fica comprometida a apreensão da dinâmica sobre a qual a realidade se manifesta em sua multiplicidade de fatos e acontecimentos que se justapõem dialeticamente.

A ausência de uma compreensão unitária da realidade tem conseqüências nefastas sobre a dinâmica individual e social da existência, na medida em que impede, senão retira a condição de percepção de protagonistas do tempo existencial em curso. Os indivíduos desprovidos da compreensão histórica e global do mundo, das estruturas sociais em que suas vidas estão inseridas, desconhecem os fundamentos ontológicos de suas existências, tornando-os desprovidos da capacidade de questionamento e ação sobre sua realidade existencial. Esta característica da consciência ingênua fomenta e constitui a sociedade de massas, que se caracteriza pela redutibilidade da vida humana à lógica da gestão, produção e consumo da vida de milhões de seres humanos destituídos de sua condição política de participação nos rumos da realidade em que insere sua existência.

10. Moralismo. Por ser catalisadora das categorias anteriores, talvez se possa dizer com propriedade, que o moralismo é uma das características da consciência ingênua de maior problematidade. O moralismo julga a realidade, a dinâmica social, política, econômica, cultural e antropológica em curso, a partir de sua pretensão de conhecedor do valor moral contido nos fatos, nos acontecimentos e nas condutas. Sobretudo, desconhece que a realidade se constitui a partir do conjunto de representações derivadas da multiplicidade das relações humanas em curso em determinado contexto espacial e temporal. Desconsidera o fato de que o mundo, a vida, a realidade é obra humana, demasiadamente humana.

O fundamento último do moralismo da consciência ingênua está fundado na crença da eternidade dos valores e de seus princípios constitutivos. Ou seja, é inerente ao mundo, ao homem, a realidade um caráter teleológico e escatológico que transcendem sua existência temporal. Pautado nesta verdade última a perspectiva moralista se concede o direito de submeter à totalidade da realidade humana em curso sob análises de juízo e de valor. “a atitude moralista apresenta-se como reivindicação do primado da moralidade na prática social. A lei ética é colocada como razão última de todo acontecer histórico e princípio de constituição da sociedade humana, o imperativo que dela decorre é categórico, isto é, deve ser obedecido incondicionalmente.” (PINTO, 1960, p. 221).

A atitude moralista resiste a conceber o mundo como resultante dos esforços humanos de conformação de seus sonhos, de suas expectativas, interesses e jogos de poder. Passa ao largo do reconhecimento de que o ser humano é um ser caracterizado pela vontade, desejo e necessidade, de que é um ser movido pela vontade de poder e, que para consecução de tal finalidade estabelece relações, negocia, calcula suas ações e, as possíveis reações. Mas, que a despeito de tudo isto, o que está em jogo como finalidade política última é a busca da felicidade, do bem viver na dimensão pública em que se constituem as existências humanas. “O próprio da atitude moralista é possuir *a priori* a série de exigências éticas que todo homem deve cumprir

para se apresentar como digno, “limpo”, honesto e constituir-se, assim, em membro da fração eleita da sociedade (...).” (PINTO, 1960, p. 225).

O moralismo da consciência ingênua presta um dê-serviço à sociedade, quando imputa sobre a dinâmica das instituições sociais, sobre o comportamento das figuras públicas dirigentes do país, do estado e/ou do município, um perfil moral. Tal perfil está pautado na lisura e na imagem ilibada, abandonando seus interesses pessoais e políticos em função única e exclusivamente das causas públicas. Sob tais prerrogativas o moralismo elimina o debate político, o reconhecimento das demandas políticas e os jogos de interesses em curso em determinado contexto sócio-político. Inviabiliza a possibilidade dos indivíduos reconhecerem que uma sociedade se mantém e se desenvolve no solo das contradições em curso. “A mais perniciosa consequência do moralismo político é desviar a atenção do verdadeiro significado dos acontecimentos do processo histórico, o seu condicionamento material, especialmente econômico, e dirigi-la para uma ordem de cogitações abstratas (...) dos valores, levando a discussão dos problemas da realidade a ser travada primacialmente em função de pessoas.” (PINTO, 1960, p. 225).

15. Culto ao herói salvador. Desprovida de criticidade na interpretação dos fatos, dos acontecimentos que compõem a dinâmica histórico-dialética sobre a qual se articula a realidade, imputando sobre a mesma, juízos de valor e avaliações de fundo moralista, cuja lógica binária interpreta as ações e o mundo humano inserido na luta de forças entre o bem e mal, a consciência ingênua percebe-se impotente diante da dinâmica das contradições que subjaz a realidade em sua totalidade. Ao constituir representações de mundo parcializadas, fragmentadas a partir da absolutização de suas verdades sensivelmente vivenciadas, a consciência ingênua impede o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita aos homens o uso privado e público da razão. Ou seja, retira-lhe a possibilidade de agir de forma autônoma diante dos desafios, das contradições e paradoxos a partir dos quais a realidade se apresenta. A impossibilidade da ação pautada no princípio de uma razão autônoma conduz a uma relação de heteronomia, de obediência às ordens, aos ditames de seres humanos, sobre os quais é projetada a condição de detentor das condições de decidir e conduzir a vida dos demais. Desta forma, “a figura do salvador, em quem se encarna um poder preternatural, capaz de superpor-se às forças sociais comuns, anular o efeito desvairado destas e recolocar o país na senda da suas tradições e do seu destino.” (PINTO, 1960, p. 247).

A consciência ingênua projeta suas esperanças em indivíduos que demonstrem e/ou encarnem a capacidade de reformar, de corrigir os males que se apresentam nos fatos e acontecimentos que emergem na cotidianidade das relações sociais. Em sociedades em que a razão de Estado demonstra através de suas instituições, deficiências em sua razão governamental

na racionalização político-administrativa de seu território e, dos interesses de sua população, abre-se espaço para o surgimento de figuras políticas que encarnam a condição de herói, de salvadores da pátria; “essa mesma consciência descobre, na pessoa de um dos seus representantes, o salvador que se erguerá para por um paradeiro à desgraça geral. Identificando o herói, renascem as esperanças (...) para levar a bom termo a batalha das forças do bem contra o crime.” (PINTO, 1960, p. 248).

A consciência ingênua ao alimentar e projetar em certos indivíduos a figura do herói, do salvador da pátria, suas esperanças na resolução dos seus problemas, das suas contradições e conflitos que se manifestam na realidade cotidiana, conduz o imaginário e as representações sociais à uma profunda relação de dependência, senão de inanição, diante de possíveis soluções exógenas para seus problemas. É uma consciência descrente de suas potencialidades de enfrentar as fragilidades e inconsistência próprias de sua realidade a partir da aposta em suas condições.

A ingenuidade desta forma de consciência conduz um povo, uma sociedade ao estado de inanição, de impotência diante dos desafios da realidade que se apresenta inalcançável, incompreensível à sua sensível e fragmentada compreensão. Conduz necessariamente a graus sempre crescentes de dependência de soluções que lhe são externas, abrindo mão do protagonismo histórico-crítico que o conjunto das contradições em que esta inserida exige.

A idéia de “salvação” é elevada a condição de categoria do pensamento, torna-se conceito destinado a abranger fatos objetivos; acredita-se que tem pleno sentido falar da “salvação” de um país e que tal modo de formular em conjunto os problemas nacionais tem significado lógico, a que deve corresponder determinada atuação concreta. (...), os fundamentos da mentalidade salvacionista. Funda-se sobre a visão exclusivamente moral da história. Consiste em supor que a dinâmica dos acontecimentos reais, se abandonada a si mesma, acarreta inevitavelmente a ruína da sociedade. O suceder material na história é somente a base da existência sobre a qual devem achar sustentáculo os fins morais. (PINTO, 1960, p. 249/250).

6. Considerações finais

A partir das considerações e dos argumentos apresentados em torno das formas constitutivas de manifestação da consciência ingênua, conceber o perfil da educação regional pressupõem colocar em jogo as concepções de educação em curso no bojo das contradições e exigências do projeto de desenvolvimento nacional e, por extensão regional. Ademais é preciso ter presente de que na extensão da realidade e da consciência nacional coabitam diferentes realidades sócio-políticas, econômicas, culturais e educacionais. Mas, sobretudo em contextos, ou regiões em que a educação é concebida primordialmente como transmissão de valores, de hábitos, costumes e, tradições, talvez, se possa dizer, que o modelo educacional em curso, vincula-se mais diretamente à reprodução da consciência ingênua, na medida em que é inerente a educação formal a incumbência de reproduzir a cosmovisão constitutiva da educação informal

inerente ao conjunto de determinadas sociedades na forma como concebem e se posicionam em torno das contradições fundamentais em que estão inseridas.

Esta condição de ingenuidade se aprofunda na medida em que os indivíduos concebem a dinâmica da realidade em que estão inseridos, de forma estática, sensível, fragmentada, submetida a juízos de valor moral. Sob tais condições, projetam sobre suas lideranças a esperança, senão a responsabilidade na resolução de seus problemas, de suas contradições e paradoxos. Na medida em que tais expectativas não se confirmam, creditam tal situação a toda sorte de infortúnios, projetando sobre minorias étnicas, sobre o clima, o relevo, ao passado, ou até mesmo a má sorte o motivo de seu fracasso. Nestas regiões, a consciência ingênua permanece inerte, apática, pessimista e, não raras vezes expressando uma visão catastrófica de mundo, aguardando soluções que venham de fora para a resolução de seus problemas.

Ainda nesta perspectiva, constata-se em tais regiões significativo movimento de migração de jovens e pessoas que buscam fora de sua região melhores empregos, salários e condições de vida. Tal fenômeno esvazia e conseqüentemente enfraquece a dinâmica do desenvolvimento local, na medida em que região passa a ser exportadora de mão de obra jovem e qualificada para outras regiões com maiores atrativos econômicos e culturais.

Sob tais perspectivas, a educação formal reproduz este modelo interpretativo de mundo nas jovens gerações, conferindo continuidade ao círculo vicioso em que se move a consciência ingênua. É característico destas regiões ausência ou mesmo baixa participação nas questões de interesse comunitário. Fragilidade nos laços de confiança dos indivíduos em relação as suas instituições públicas. Descaso com a educação, revelando-se não raras vezes na aceitação tácita e simplória do autoritarismo advindos das lideranças locais, que encarnam a lógica de salvadores, de heróis regionais, que tem a responsabilidade de conduzir os destinos da comunidade.

Em tais circunstâncias, caracterizadas pela fragilidade analítica e interpretativa de sua forma de ser e estar no mundo os processos de desenvolvimento se apresentam difíceis, o que em muitos casos se revela através dos baixos índices de desenvolvimento humano, comprometendo a qualidade de vida, senão as perspectivas futuras na dinâmica do desenvolvimento local, regional, nacional e em nossos dias, até mesmo global.

Por outro lado, em contextos em que a educação for concebida como emancipação humana, contrapondo-se as trevas da ignorância, do obscurantismo, das crendices e superstições, buscando compreender a realidade em sua dinâmica histórico-dialética resultante das contradições que lhe são inerentes, talvez seja possível pressupor, senão constatar, que tais propostas educacionais, além de transmitir os valores, as tradições e costumes de um determinado povo, impulsionam suas novas gerações à tomarem a si mesmo como objetos, a

desenvolverem o sentido de comunidade, a agirem com autonomia na constituição de seus horizontes de mundo e de existência.

Nos contextos regionais em que em que a educação formal apresenta características desta envergadura é possível constatar maiores índices de desenvolvimento humano, social, político, econômico e cultural. Sobretudo, na medida em que os indivíduos concebem a si próprios como protagonistas de sua história, tomam iniciativas diante dos problemas estruturais e sociais que se lhe apresentam, demonstram confiabilidade e vontade de participação em suas instituições. Sob tais pressupostos, talvez se possa dizer, que são portadores de uma consciência crítica aberta aos sinais dos tempos e dos desafios de compreendê-la em sua globalidade, e acima de tudo no âmbito do espaço e dos interesses públicos na busca do bem-viver. Portanto, a educação informal que perpassa o espírito deste povo, desta região tem a potencialidade de se materializar numa educação crítica, criativa, exigente qualitativamente na busca e garantia de emancipação individual e social, contribuindo significativamente na dinâmica do desenvolvimento regional.

Referencias Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira (1ª edição), s/d.

KERVÉGAN, Jean-François. **Hegel e o Hegelianismo**. Tradução: Maria Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PINTO, Alvaro Vieira. **Consciência e Realidade nacional. Vol. 1: A Consciência Ingênu**a. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **O conceito de tecnologia Vol. I**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **A Sociologia dos Países Desenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras: origem e curiosidades da língua portuguesa**. São Paulo: A Girafa, 2004 (Coleção o mundo são as palavras)

